RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a construção da identidade étnico-racial na Educação Infantil e discutir o papel da escola na promoção de uma educação antirracista desde a primeira infância. O estudo surgiu a partir das observações da autora em sua prática como professora da Educação Infantil, motivadas pelas relações estabelecidas entre bebês e crianças pequenas no cotidiano escolar e pela forma como essas interações contribuem para a construção da identidade. Fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Currículo da Cidade de São Paulo, na Lei nº 10.639/2003 e em autores como Eliane Cavalleiro, Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Ana Lúcia Goulart de Faria, Daniela Finco e Deborah Thomé Sayão, o artigo discute a infância como um período fundamental para a formação da identidade e analisa como as relações sociais, os afetos, as brincadeiras e as práticas pedagógicas influenciam a construção das identidades étnico-raciais. Defende-se que a Educação Infantil constitui um espaço privilegiado para promover experiências que valorizem a diversidade, fortaleçam identidades positivas e contribuam para o enfrentamento do racismo desde os primeiros anos de vida. Conclui-se que uma educação comprometida com a equidade racial deve fazer parte do cotidiano escolar, garantindo que todas as crianças sejam reconhecidas, representadas e respeitadas em suas singularidades.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Educação Antirracista; Identidade Étnico-racial; Primeira Infância; Diversidade.

INTRODUÇÃO

A infância é um período marcado por intensas descobertas e pela construção das primeiras referências sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o mundo. Desde os primeiros meses de vida, bebês e crianças pequenas estabelecem relações, experimentam diferentes formas de interação e atribuem significados às experiências vividas nos diversos contextos sociais dos quais fazem parte. É nesse processo que começam a construir sua identidade, seu sentimento de pertencimento e sua compreensão acerca da diversidade humana.

Durante muito tempo, predominou a ideia de que crianças pequenas não percebiam as diferenças étnico-raciais e que temas relacionados ao racismo deveriam ser abordados apenas em etapas posteriores da escolarização. No entanto, pesquisas no campo da Sociologia da Infância e da Educação das Relações Étnico-Raciais demonstram que a construção da identidade ocorre desde os primeiros anos de vida e é fortemente influenciada pelas relações estabelecidas com os adultos, pelas experiências cotidianas e pelos valores presentes na sociedade.

Nesse contexto, a Educação Infantil ocupa um papel fundamental, pois constitui um dos primeiros espaços coletivos de socialização das crianças. Mais do que promover o desenvolvimento integral, essa etapa da Educação Básica também é responsável por criar oportunidades para que bebês e crianças pequenas construam uma imagem positiva de si mesmas, reconheçam a diversidade humana e aprendam a estabelecer relações baseadas no respeito, na empatia e na valorização das diferenças.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 representou um importante avanço ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em toda a Educação Básica. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade para incluir a história e a cultura dos povos indígenas. Aliadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Currículo da Cidade de São Paulo, essas normativas reafirmam o compromisso da escola com a construção de práticas pedagógicas que enfrentem o racismo e valorizem a diversidade desde a primeira infância.

Este artigo surgiu a partir das observações

realizadas durante minha atuação como professora da Educação Infantil. Ao acompanhar o cotidiano de bebês e crianças pequenas, foi possível perceber que, antes mesmo de compreenderem conceitos relacionados ao preconceito ou à discriminação, elas observam atentamente as relações estabelecidas entre os adultos e seus pares, identificando demonstrações de afeto, reconhecimento e valorização. Essas experiências despertaram inquietações sobre o papel da escola na construção da identidade étnico-racial e na promoção de uma educação verdadeiramente antirracista.

Diante dessa realidade, este estudo tem como objetivo refletir sobre a construção da identidade étnico-racial na Educação Infantil, discutindo como as relações estabelecidas no cotidiano escolar influenciam esse processo e de que maneira práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade podem contribuir para a formação de identidades positivas. Defende-se que educar para as relações étnico-raciais não consiste apenas em cumprir determinações legais, mas em assumir um compromisso permanente com a construção de uma escola democrática, inclusiva e comprometida com a justiça social.

A INFÂNCIA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Ao iniciar um novo ano letivo, é comum que professores da Educação Infantil desenvolvam projetos voltados para a construção da identidade das crianças. Esses projetos costumam fazer parte do planejamento pedagógico por reconhecerem que os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento da autoestima, da autonomia, do sentimento de pertencimento e da compreensão de si e do outro.

As propostas geralmente incluem atividades como o reconhecimento do próprio nome, a observação da imagem refletida no espelho, a produção de autorretratos, a construção da árvore genealógica, a identificação das características da família, das preferências, dos gostos e das singularidades de cada criança. Essas experiências possuem grande importância, pois possibilitam que bebês e crianças pequenas comecem a reconhecer quem são e como se relacionam com o mundo ao seu redor.

Entretanto, refletir sobre identidade exige ampliar esse olhar. Afinal, que identidade é essa que estamos ajudando a construir? Será que conhecer apenas o próprio nome, a idade ou os membros da família é suficiente para que uma criança compreenda quem ela é? Como contribuir para que bebês e crianças pequenas cresçam reconhecendo sua história, valorizando suas características físicas, sua cultura, sua origem e, ao mesmo tempo, aprendam a respeitar as diferenças presentes na sociedade?

Essas perguntas tornam-se ainda mais importantes quando pensamos na construção da identidade étnico-racial. Desde muito cedo, as crianças observam as diferenças existentes entre as pessoas. Elas percebem os diferentes tons de pele, os tipos de cabelo, os traços do rosto, as formas de falar, os costumes e as manifestações culturais. Essas observações fazem parte do desenvolvimento infantil e da maneira como as crianças constroem conhecimentos sobre o mundo. O problema não está em perceber as diferenças, mas nos significados sociais que lhes são atribuídos.

A identidade não é construída de forma isolada. Ela se desenvolve nas relações estabelecidas com a família, com a comunidade, com a escola, com a mídia e com todos os espaços de convivência. É nesse processo que a criança aprende quem ela é, a qual grupo pertence e como a sociedade valoriza ou desvaloriza determinadas características. Por isso, a escola desempenha um papel fundamental na formação de identidades positivas, especialmente durante a Educação Infantil, quando as primeiras referências sobre pertencimento e diversidade estão sendo construídas.

Nesse contexto, torna-se necessário compreender que construir a identidade não significa apagar as diferenças, mas reconhecê-las e valorizá-las. Durante muito tempo, o discurso de que "somos todos iguais" foi utilizado como forma de promover a convivên-

cia entre as pessoas. No entanto, essa ideia, embora aparentemente inclusiva, pode invisibilizar as desigualdades históricas e sociais vivenciadas por diferentes grupos étnico-raciais. Reconhecer as diferenças não significa promover a desigualdade, mas garantir que todas as crianças tenham suas histórias, culturas e características respeitadas e valorizadas.

O Currículo da Cidade de São Paulo, ao apresentar as orientações para uma educação antirracista, reforça essa compreensão ao afirmar que:

"É premissa da educação antirracista o direito à diferença. Não concordar com a frase: 'somos todos iguais', de um lado, contribui para a valorização da diversidade presente nos vários contextos educacionais e, de outro, rompe com o mito de que todas as pessoas gozam dos direitos da mesma forma. Convide bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos(as) a perceberem suas diferenças, suas características peculiares e a potência que há no ato de ser múltiplo." (SÃO PAULO, 2022, p. 46).

Reconhecer o direito à diferença significa compreender que cada criança chega à escola trazendo uma história, uma cultura, uma identidade e formas singulares de viver a infância. Nesse sentido, a Educação Infantil precisa constituir-se como um espaço em que a diversidade seja acolhida e valorizada, possibilitando que todas as crianças se sintam pertencentes ao ambiente escolar e representadas nas experiências que vivenciam. Essa perspectiva rompe com práticas que procuram homogeneizar as infâncias e reforça a importância de construir relações pautadas no respeito e na valorização das diferenças.

Ao discutirem a Sociologia da Infância, Faria e Finco (2011) reforçam essa necessidade ao afirmarem que:

"Precisamos no nosso trabalho cotidiano incorporar o discurso das diferenças não como um desvio, que é o lugar em que o diferente tem sido colocado, mas como o mote de nossas práticas e das relações entre as crianças. Essa seria uma postura que reclama novos afetos, uma nova forma de se relacionar com o diferente, com o estrangeiro, ou seja, com a diversidade, com o outro que não é mais um 'mesmo' de mim." (FARIA; FINCO, 2011, p. 32).

Essa reflexão nos convida a repensar o papel da escola na construção da identidade das crianças. Educar para a diversidade não significa apenas ensinar que as diferenças existem, mas criar condições para que elas sejam reconhecidas como parte constitutiva da experiência humana. Isso implica rever práticas pedagógicas, ampliar as referências culturais presentes no cotidiano escolar e promover experiências em que bebês e crianças pequenas aprendam a conviver, brincar e construir conhecimentos com aqueles que possuem histórias, culturas, características físicas e modos de viver diferentes dos seus.

Desse modo, os projetos de identidade desenvolvidos na Educação Infantil precisam superar uma abordagem centrada apenas no reconhecimento do "eu" para incorporar também o reconhecimento do "outro". Ao descobrir quem é, a criança também aprende que vive em uma sociedade plural e que cada pessoa possui uma identidade que merece ser respeitada. A educação antirracista, portanto, inicia-se quando a escola transforma a diversidade em elemento constitutivo de suas práticas cotidianas, favorecendo a construção de identidades positivas e relações baseadas no respeito, na equidade e no reconhecimento das diferenças.

AS CRIANÇAS PERCEBEM AS DIFERENÇAS?

Durante muito tempo, acreditou-se que bebês e crianças pequenas não percebiam as diferenças existentes entre as pessoas e que questões relacionadas à raça, à cor da pele e às características físicas só seriam compreendidas em fases posteriores da infância. Essa concepção, entretanto, vem sendo questionada por pesquisas que demonstram que as crianças, desde muito cedo, observam o mundo ao seu redor, estabelecem relações e atribuem significados às experiências que vivenciam.

É importante destacar que os bebês não

nascem reproduzindo preconceitos ou atribuindo valor às diferenças étnico-raciais. Eles constroem sua compreensão sobre o mundo por meio das relações que estabelecem com os adultos e com outras crianças. São os gestos, as palavras, os olhares, os afetos e as formas de interação presentes no cotidiano que, pouco a pouco, ensinam quais características são valorizadas, quais são invisibilizadas e quais ocupam lugares de prestígio na sociedade.

Ao discutir a formação da identidade, Cavalleiro (2020, p. 21), apoiando-se em Erikson, afirma que:

"Nesses termos, a identidade é um dos resultados mais importantes do processo de constituição social do sujeito. E, para Erikson (1976), identidade refere-se a um contínuo sentimento de individualidade que se estabelece valendo-se de dados biológicos e sociais. O indivíduo se identifica reconhecendo seu próprio corpo, situado em um meio que o reconhece como ser humano e social. Assim, a identidade resulta da percepção que temos de nós mesmos, advinda da percepção que temos de como os outros nos veem." (CAVALLEIRO, 2020, p. 21).

Essa reflexão evidencia que a construção da identidade não acontece apenas a partir daquilo que a criança percebe sobre si mesma, mas também das mensagens que recebe das pessoas com quem convive. Desde os primeiros meses de vida, os bebês são sensíveis aos olhares, aos gestos, às expressões de afeto e às formas como são acolhidos pelos adultos. Antes mesmo de compreenderem a linguagem verbal, eles experimentam sentimentos de pertencimento, reconhecimento e segurança por meio das relações estabelecidas com aqueles que cuidam e educam.

Ao longo da minha trajetória como professora da Educação Infantil, essas questões tornaram-se evidentes no cotidiano da sala de referência. Em turmas de bebês, é possível perceber que os pequenos observam atentamente as manifestações de afeto dirigidas aos colegas. Em diferentes momentos, presenciei situações em que determinadas características físicas, como os cabelos loiros ou os olhos claros de um bebê, despertavam espontaneamente comentários de admiração por parte dos adultos, acompanhados de sorrisos, elogios e demonstrações de carinho. Enquanto isso, outros bebês, especialmente aqueles com pele negra e cabelos crespos, nem sempre recebiam a mesma visibilidade ou o mesmo entusiasmo.

Mais do que compreender o significado das palavras, os bebês percebem os gestos, o tom de voz, os sorrisos, o colo, a atenção e o tempo dedicado a cada um deles. Eles observam quem é chamado de "lindo", quem recebe mais interações, quem desperta comentários positivos e quem permanece à espera desse mesmo reconhecimento. Essas experiências, aparentemente simples, comunicam mensagens sobre pertencimento, valorização e reconhecimento. É nesse cotidiano, muitas vezes de forma silenciosa e involuntária, que começam a ser construídas as primeiras referências sobre si mesmos e sobre o lugar que ocupam nas relações sociais.

Ao discutir a formação da identidade da criança negra, Cavalleiro (2020, p. 22) alerta que o racismo presente na sociedade influencia diretamente esse processo ao afirmar que:

"Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre negros." (CAVALLEIRO, 2020, p. 22).

Essa reflexão nos leva a compreender que a construção da identidade étnico-racial não ocorre de forma neutra. As crianças elaboram suas primeiras percepções sobre si mesmas a partir das relações que estabelecem com o mundo e das mensagens, explícitas ou implícitas, que recebem das pessoas ao seu redor. Quando determinadas características físicas são constantemente exalta-

das enquanto outras permanecem invisibilizadas, a criança passa a perceber quais corpos, cabelos, traços e tonalidades de pele são socialmente valorizados.

Na Educação Infantil, essas situações podem parecer pequenas ou até mesmo despercebidas pelos adultos, mas possuem grande significado para as crianças. Um elogio direcionado apenas a determinados bebês, a ausência de referências positivas sobre a beleza negra, a escassez de livros com protagonistas negros ou a predominância de bonecas de pele branca comunicam, ainda que involuntariamente, quais identidades ocupam lugares de maior reconhecimento. Da mesma forma, quando a escola valoriza diferentes estéticas, culturas e histórias, amplia as possibilidades para que todas as crianças construam uma imagem positiva de si mesmas.

Por isso, a educação antirracista precisa estar presente desde os primeiros anos de vida. Não se trata apenas de combater manifestações explícitas de preconceito, mas de transformar as práticas cotidianas da instituição escolar para que todos os bebês e crianças pequenas sejam vistos, acolhidos, valorizados e representados. Cada gesto de cuidado, cada escolha pedagógica, cada livro, cada brinquedo e cada interação contribuem para a construção da identidade infantil e para a formação de relações pautadas no respeito e na equidade.

A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES POSITIVAS

A Educação Infantil ocupa um lugar privilegiado na formação da identidade das crianças, uma vez que é nesse período que elas ampliam suas relações para além do ambiente familiar e passam a conviver diariamente com outras crianças e adultos. Nesse novo espaço social, aprendem a compartilhar, a brincar, a resolver conflitos, a reconhecer semelhanças e diferenças e, sobretudo, a construir uma imagem sobre si mesmas e sobre o outro. Cada interação, cada experiência e cada relação estabelecida no cotidiano escolar contribuem para esse processo de constituição da identidade.

Quando a escola compreende a criança como sujeito histórico, social, cultural e de direitos, passa a reconhecer que educar também significa criar oportunidades para que todas as crianças desenvolvam uma imagem positiva de si mesmas. Esse compromisso torna-se ainda mais necessário em uma sociedade marcada por desigualdades raciais, na qual determinados grupos historicamente tiveram suas histórias, culturas e identidades invisibilizadas.

Nesse contexto, a Educação Infantil assume um papel fundamental na construção de uma educação antirracista. Não se trata apenas de cumprir a Lei nº 10.639/2003 ou de desenvolver projetos durante o mês da Consciência Negra, mas de incorporar a valorização da diversidade como princípio que orienta todas as práticas pedagógicas. A educação antirracista precisa estar presente na organização dos espaços, na escolha dos materiais, nas brincadeiras, nas histórias, nas músicas, nas imagens expostas nas paredes, nas interações estabelecidas entre adultos e crianças e, principalmente, nas relações de cuidado que acontecem diariamente.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça que a Educação Infantil deve garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças por meio de experiências que promovam o conviver, o brincar, o participar, o explorar, o expressar e o conhecer-se (BRASIL, 2018). Esses direitos dialogam diretamente com a construção de uma educação comprometida com a equidade racial, uma vez que possibilitam que as crianças convivam com a diversidade, expressem suas identidades, conheçam suas histórias e reconheçam a pluralidade cultural que caracteriza a sociedade brasileira.

Construir identidades positivas exige que todas as crianças encontrem referências que as representem no ambiente escolar. Livros com protagonistas negros, indígenas e de diferentes grupos étnico-raciais, brinquedos que expressem a diversidade da população brasileira, materiais pedagógicos que valorizem diferentes tonalidades de pele, cabelos e culturas, além de propostas que contem-

plem a história e as contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, comunicam às crianças que suas identidades possuem valor e pertencem ao espaço escolar.

Entretanto, tão importante quanto os materiais são as atitudes dos adultos. O modo como o professor acolhe um bebê, elogia uma criança, cuida de seus cabelos, pronuncia seu nome, escuta suas narrativas ou intervém diante de situações de preconceito comunica valores que serão incorporados pelas crianças em seu processo de desenvolvimento. A prática pedagógica antirracista manifesta-se nas pequenas ações do cotidiano, na sensibilidade para reconhecer desigualdades e no compromisso de construir relações pautadas no respeito, na justiça e na valorização das diferenças.

Ao longo deste artigo, procurou-se demonstrar que a identidade étnico-racial começa a ser construída muito antes da alfabetização. Desde os primeiros meses de vida, bebês e crianças pequenas observam as relações estabelecidas entre as pessoas, percebem demonstrações de afeto, reconhecem quem recebe atenção, quem é valorizado e quem permanece invisibilizado. Essas experiências influenciam profundamente a maneira como passam a compreender a si mesmas e o mundo que as cerca.

Por isso, construir uma educação antirracista na Educação Infantil significa reconhecer que cada criança tem o direito de crescer sentindo-se bonita, capaz, pertencente e respeitada. Significa garantir que ela encontre na escola um espaço onde sua história, sua cultura, sua cor de pele, seus cabelos e suas características sejam reconhecidos como parte da riqueza da diversidade humana. Quando a escola assume esse compromisso, contribui não apenas para o fortalecimento da identidade das crianças negras, mas também para que todas as crianças aprendam a conviver com as diferenças de forma ética, respeitosa e democrática.

Mais do que ensinar sobre o racismo, a Educação Infantil tem a possibilidade de educar para relações em que ele não encontre espaço para se reproduzir. É na primeira infância que são construídos os primeiros vínculos, os primeiros sentimentos de pertencimento e as primeiras percepções sobre o outro. Por isso, cada gesto de cuidado, cada palavra de incentivo, cada história contada e cada brincadeira compartilhada representam oportunidades de formar crianças que reconheçam na diversidade um valor, e não um motivo para a exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a construção da identidade étnico-racial na Educação Infantil é reconhecer que a infância constitui um tempo decisivo para a formação de sujeitos conscientes de si, respeitosos com o outro e comprometidos com a convivência democrática. As relações estabelecidas nos primeiros anos de vida influenciam a maneira como as crianças passam a compreender suas características, sua história e seu lugar no mundo.

Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a identidade não é construída de forma isolada, mas nas interações que a criança estabelece com sua família, com a escola e com a sociedade. Os olhares, os gestos, os afetos, as palavras e as experiências vividas no cotidiano escolar comunicam valores que podem fortalecer ou fragilizar o sentimento de pertencimento e de valorização de cada criança.

Nesse sentido, a Educação Infantil possui uma responsabilidade social que vai além do cuidado e do desenvolvimento das aprendizagens. Cabe à escola criar ambientes em que todas as crianças sejam representadas, acolhidas e respeitadas em suas singularidades, promovendo experiências que valorizem as diferentes culturas, histórias e identidades presentes na sociedade brasileira. Educar para as relações étnico-raciais não significa abordar o tema apenas em momentos específicos do calendário escolar, mas fazer da diversidade um princípio permanente das práticas pedagógicas.

A construção de uma educação antirracista exige intencionalidade, formação docente e revisão constante das práticas educativas. Exige também sensibilidade para reconhe-

cer que as crianças aprendem não apenas por aquilo que lhes é ensinado, mas, principalmente, por aquilo que vivenciam nas relações estabelecidas com os adultos e com seus pares. Cada escolha pedagógica comunica valores e contribui para a formação das identidades infantis.

Assim, defender uma Educação Infantil comprometida com a valorização da diversidade é defender o direito de todas as crianças de crescerem orgulhosas de quem são, de sua história, de sua cultura e de suas características. É compreender que a escola tem o poder de romper com estereótipos historicamente construídos e de contribuir para a formação de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Como educadores da infância, nosso compromisso não deve ser apenas ensinar as crianças a reconhecerem as diferenças, mas ajudá-las a compreender que é justamente a diversidade que nos constitui como sociedade. Quando uma criança aprende, desde os primeiros anos de vida, a olhar para si com orgulho e para o outro com respeito, a escola cumpre uma de suas mais importantes funções: formar seres humanos capazes de transformar o mundo por meio da empatia, do reconhecimento e da justiça.

REFERÊNCIA

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2020.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (org.). Sociologia da infância no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica (COPED). Currículo da Cidade: Educação Antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros. São Paulo: SME/COPED, 2022.